

RELATO DE EXPERIÊNCIA

As ruas dos nomes não ditos: assistência a travestis em situação de rua no agreste alagoano

Lucas Flávio de Oliveira Lima¹
Eduardo Wesley Marcolino da Silva²

¹ Universidade Federal de Alagoas, Arapiraca, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3385-5857>. E-mail: lucas.flavio@arapiraca.ufal.br.

² Universidade Federal de Alagoas, Arapiraca, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-0539-5258>. E-mail: eduardo.marcolino@arapiraca.ufal.br.

Resumo

Este relato de experiência emerge das vivências de dois estagiários de psicologia na articulação entre o Centro POP e o ambulatório LGBTQIAPN+ da cidade de Palmeira dos Índios, agreste alagoano, durante o ano de 2024. Neste escrito evidenciamos como o cuidado em rede pode produzir deslocamentos concretos na vida de travestis em situação de rua. Ao longo do estágio, identificamos que esse público constituía uma das principais demandas do serviço, trazendo narrativas atravessadas por rupturas familiares, violências físicas e simbólicas e diversas estratégias cotidianas de sobrevivência. Para dar contorno a essas experiências, utilizamos trechos dos diários de campo produzidos durante o estágio, mobilizados de forma ética, sem exposição de dados que identifiquem as assistidas. As falas das usuárias revelavam uma compreensão aguda sobre o território, entendido não apenas como espaço geográfico, mas como instância que regula possibilidades de existência, sobretudo no interior, onde a circulação e a expressão de identidades dissidentes são rigidamente controladas. A parceria entre os serviços possibilitou ações importantes produzindo efeitos simbólicos de reconhecimento e pertencimento. Ainda assim, observamos que direitos básicos seguem sendo constantemente negociados, evidenciando uma cidadania precária para travestis em situação de rua.

Palavras-chave: Travestis; Pessoas em situação de rua; Política Pública

Abstract

This experience report emerges from the fieldwork of two psychology interns engaged in the articulation between the Centro POP and the LGBTQIAPN+ outpatient clinic in the city of Palmeira dos Índios, in the agreste region of Alagoas, during the year 2024. In this paper, we highlight how network-based care can produce concrete shifts in the lives of travestis experiencing homelessness. Throughout the internship, we identified that this population constituted one of the main demands of the service, bringing narratives marked by family ruptures, physical and symbolic violence, and diverse everyday survival strategies. To give shape to these experiences, we draw on excerpts from field diaries produced during the internship, mobilized ethically and without exposing any identifying information about the individuals assisted. The users' accounts revealed a sharp understanding of territory, conceived not merely as a geographical space but as an instance that regulates possibilities of existence especially in the countryside, where the circulation and expression of dissident identities are strictly controlled. The partnership between services enabled important actions, producing symbolic effects of recognition and belonging. Nevertheless, we observed that basic rights remain constantly negotiated, highlighting a condition of precarious citizenship for travestis living in street situations.

Keywords: Travestis; Homeless People; Public Policy.

1 Introdução

Com a redemocratização do Brasil, surgem as primeiras ações de caráter público pensadas para as pessoas em situação de rua. Aqueles que por séculos sequer recebiam o título de cidadãos, renegados aos direitos básicos e aos serviços oferecidos pelo Estado. A princípio, foram caracterizados como “população em situação de vulnerabilidade social”, terminologia que não comportava apenas as especificidades desse endogrupo mas também de outras minorias, sendo elas: comunidades tradicionais (indígenas, ribeirinhas, quilombolas, etc), população LGBTQIAPN+ e indivíduos privados de liberdade. É apenas a partir da Política Nacional para a População em Situação de Rua (2009) que surgem as primeiras caracterizações:

grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem

como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (Brasil, 2009).

Com o avanço da globalização, observa-se no Brasil um aumento significativo dessa população, segundo dados do informe técnico do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, da Universidade Federal de Minas Gerais (OBPopRua/UFGM, 2024) cerca de 335 mil pessoas estavam em situação de rua no Brasil no ano de 2024. Frequentemente marcados pela exclusão dos circuitos de produção do capitalismo, quando submetidos a uma lógica social que associa valor à capacidade de consumo, muitos desses sujeitos acabam sendo relegados às margens dos centros urbanos, enfrentando múltiplas formas de violência que incidem de maneira particular sobre seus corpos, sobre suas vidas.

Vivem sem condições básicas, como acesso à moradia, saneamento e saúde, suscetíveis a enfrentar riscos de extermínio, sejam eles acometimentos à saúde física, psicológica e a dependência química mas também através de processos de estigmatização e violência urbana que desenha alvos em seus corpos, sobretudo, corpos imigrantes, negros, trans e/ou com alguma deficiência.

Embora nas últimas décadas hajam vislumbres sobre esse grupo, Natalino (2018) vai nos contar que a população em situação de rua no Brasil desde sempre enfrentou um processo de subnotificação nos censos demográficos e até na produção científica. Alguns fatores como a falta de documentação e a ausência de políticas locais pensadas para a realidade territorial das pessoas em situação de rua corrobora para a supressão de informações em largas escalas (Souza; Tanaka, 2022).

Na literatura, um aspecto quase sempre considerado diz respeito às trajetórias que levam as pessoas à situação de rua. Mas aqui não a pensamos sob um vício etiológico que popularmente sustenta, através do discurso, uma culpabilização do próprio sujeito pela condição que ele se encontra. Essa análise precisa ser feita seguindo as orientações de Pinheiro e Possas (2018), que nos contam que há um processo multifatorial (e quase compulsório) para a migração para as ruas, para os autores o diálogo entre o capitalismo e as violências sociais se entrelaçam e contribuem com o esse fenômeno, mas nunca de forma unitária, a rua nunca é uma escolha (Pinheiro; Possas, 2018).

Entre os caminhos que conduzem às ruas, há aqueles que se explicam pelo gesto violento da expulsão e do abandono. Muitas pessoas LGBTQIAPN+, por exemplo, são lançadas de seus seios familiares, destituídas do cuidado e desautorizadas a importar (Butler, 2014). No caso das

travestis¹, esse movimento ganha maiores repercussões, a casa, antes promessa de acolhimento, se converte em fronteira de exclusão, e a rua passa a ser o destino quase obrigatório, não só de moradia mas também de trabalhos informais.

As pesquisadoras Benevides e Nogueira (2021) reforçam que tratando-se de corpos trans e travestis, essa migração forçada não pode ser lida de forma isolada mas como efeito da transfobia estrutural que marca o cotidiano brasileiro, uma engrenagem que expulsa, nega e marginaliza, tornando a rua um símbolo da exclusão, da vergonha, daquilo que sobra para as existências que não cabem na cisheteronorma. É mais uma política de morte (Mbembe, 2018).

São sobre essas necropolíticas que este escrito se encarrega. Para fins de localizá-los, esse trabalho resulta da experiência de estágio curricular obrigatório de dois alunos do Curso de Bacharelado em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Arapiraca, Unidade Educacional Palmeira dos Índios, interior de Alagoas, realizados no ano de 2024, de forma simultânea no Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro POP Fênix e no Primeiro Ambulatório Especializado em Saúde da População LGBTQIAPN+ do Interior de Alagoas², ambos na cidade de Palmeira dos Índios. Nosso objetivo aqui é narrar como os marcadores de território e performances de gênero contranormativas repercutem no acesso a políticas públicas de travestis em situação de rua no agreste alagoano.

A temática desse relato de experiência leva consigo o peso de uma cartografia, que se faz entre o centro e a borda, entre o dito e o não dito, entre a coerência das ruas e a contradição institucional (Favero, 2022). Esse é um trabalho que resulta da observação, da escuta, da aprendizagem, da ação da política pública mas também da falta dela. Alguns dos relatos que serão evidenciados tem como pano de fundo as vielas, becos e avenidas do interior de Alagoas mas também os espaços de convivência do Centro POP, sobretudo o refeitório, assim como a sala de triagem do Ambulatório LGBTQIAPN+ de Palmeira dos Índios, e todos os lugares onde os atendimentos aconteciam. As memórias evocadas para dar vida ao escrito surgem das conversas com as usuárias, dos protocolos de assistência e saúde aplicados pelos profissionais, os cochichos institucionais, e sobretudo do sangrar dos autores, que faz desse trabalho um manifesto.

¹ optou-se pela utilização da nomeação “travesti” ao longo do trabalho, em respeito à forma como as próprias usuárias dos serviços se autodeclaravam e se afirmavam.

² Em Palmeira dos Índios, no ano de 2024 a principal porta de entrada para o acesso a políticas assistenciais de corpos travestis em situação de rua se dava através do Centro POP Fênix e pelo Primeiro Ambulatório Especializado em Saúde da População LGBTQIAPN+ do Interior de Alagoas inaugurado neste mesmo ano.

2 Caracterização dos serviços

Optamos por iniciar o escrito a partir da apresentação dos serviços, como forma de situar, no plano concreto, as fragilidades institucionais que reverberam diretamente na assistência às travestis em situação de rua no agreste alagoano. Trata-se de uma contextualização localizada, que evidencia como desafios de ordem técnicos, aliados à ausência de processos de formação continuada, estruturas precárias dos serviços e um apanhado de violações, acabam por produzir distanciamentos e barreiras entre a equipe profissional e os sujeitos assistidos.

De acordo com a Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES/AL), no estado de Alagoas existem 5 unidades de Centros de Referência Especializados em Pessoas em Situação de Rua (Centro POP). Sendo uma unidade no município de Arapiraca, uma em Palmeira dos Índios e três na capital Maceió.

O Centro POP de Palmeira dos Índios³, foi inaugurado em outubro de 2014 e teve algumas mudanças em seu endereço ao longo de sua implantação, passando por dois locais anteriores até situar-se em um dos bairros nas imediações da entrada da cidade. Atualmente funciona os cinco dias úteis da semana, no horário de 8h-16h, tendo passado por um período de funcionamento até as 14h em razão do baixo número de funcionários, que impedia o desenvolvimento de atividades durante a tarde. A falta de investimento financeiro e apoio dos setores públicos que regem o serviço, abona a disponibilização e distribuição de alimentos para os usuários no período vespertino, o que ocasionou na redução do horário de funcionamento (Silva, 2024).

Destaca-se esse ponto, pois de acordo com as diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2011), a atuação do Centro POP “deve-se respeitar o período mínimo de funcionamento, ou seja, cinco dias da semana e oito horas diárias” (Brasil, 2011, p. 52). No entanto visualiza-se um movimento contrário, uma vez que os órgãos competentes negligenciam assistência para o serviço, culminando em uma política de descaso e abandono. Ao passo que essa redução implica nos usuários já que estes não poderão

³ Para obtenção de dados acerca do Centro POP Fênix, localizado na cidade de Palmeira dos Índios, foram retiradas anotações dos diários de campo realizadas durante o período de estágio, bem como informações e apontamentos encontrado na monografia de Silva (2024), intitulada “*Centro POP como unidade de referência de proteção social especial às pessoas em situação de rua: uma análise do Centro POP do município de Palmeira dos Índios/AL*”.

ter acesso ao atendimento durante o período vespertino. Tal fenômeno gera uma relação dicotômica vivenciada pela equipe, fato que foi possível observar durante o estágio.

No ano de 2024 o dispositivo contava com uma coordenação junto a uma equipe técnica formada por uma assistente social e um psicólogo, para além de duas agentes de serviços gerais, e os vigilantes. Dentre as ações disponibilizados pelo serviço destaca-se o atendimento psicossocial de forma individualizada e grupal; encaminhamento/encaminhamento para outros serviços de acordo com as necessidades dos usuários identificados no atendimento psicossocial; disponibilização de alimentação (café da manhã e almoço); espaço físico para que realizem higiene pessoal e lavagem de roupas.

O acesso ao Centro POP Fênix acontece por três meios: demanda espontânea; busca ativa e encaminhamento de outros serviços de acordo com a referência técnica nacional (Brasil, 2011). As demandas mais recorrentes são: busca por programas de apoio financeiro como Bolsa Família e Auxílio Moradia, atualização documental, suporte jurídico, denúncias de violências, sobretudo de gênero (contra mulheres cis e trans em situação de prostituição) e encaminhamentos para serviços de saúde.

No cotidiano do Centro POP, foi se tornando cada vez mais evidente que um dos públicos que mais acessavam o serviço era o de travestis em situação de rua. Essa presença constante não apenas revelava uma demanda, mas denunciava, sobretudo, as desigualdades que atravessam esses corpos e suas trajetórias. Foi nesse encontro que começaram a se desenhar parcerias entre o Centro POP Fênix e o Ambulatório LGBTQIAPN+ da cidade de Palmeira dos Índios. Essa articulação intersetorial permitia que as demandas emergentes dessas usuárias fossem encaminhadas e acompanhadas de forma conjunta, especialmente no que tange ao suporte psicológico, ao acompanhamento médico e endocrinológico e à testagem de infecções sexualmente transmissíveis.

Inserido em uma das maiores Unidades Básicas de Saúde do centro urbano de Palmeira dos Índios, o ambulatório LGBTQIAPN+ se constituía como um ponto estratégico de cuidado, ancorado na lógica da atenção básica e em sua capilaridade no território. Articulava-se à dinâmica já existente da UBS, mobilizando sua equipe multiprofissional e tensionando, no cotidiano, as possibilidades de um cuidado mais inclusivo e sensível às demandas da população. O atendimento ocorria tanto por demanda espontânea quanto por meio de encaminhamentos de usuários provenientes de outros serviços da rede municipal.

3 As ruas dos nomes não ditos

Há uma pedagogia do medo implantada no imaginário popular brasileiro sobre pessoas em situação de rua, são narrativas que caracterizam a existência desses sujeitos a partir do sentimento de repulsa, associando-os ao perigo e à criminalidade. Essa construção discursiva cumpre uma função social e política bastante objetiva, a de legitimar a violência que lhes é dirigida ao associar seus corpos e modos de vida àquilo que deve ser contido, afastado ou eliminado (Foucault, 2011). Benevides e Nogueira (2020), vai nos contar que esses estigmas recaem sobre as identidades travestis em situação de rua de forma mais intensificada, uma vez que a cisheteronorma se alia a outros marcadores de desigualdade compondo múltiplas formas de abjeção. Não basta a rejeição familiar que majoritariamente as empurram pras ruas, agora nas ruas, se encarrega o sistema de empurrá-las para a morte.

São nas ruas, na noite e nas esquinas que muitas travestis exploram a livre expressão de suas identidades, bem como estabelecem vínculos com outras corporeidades que compartilham de vivências semelhantes, criando assim relações comunitárias (Campos; Moretti-Pires, 2018). Talvez seja um trabalho difícil listar as inúmeras mazelas sociais que subalternizam a vida de travestis no Brasil, mas a falta de empregabilidade⁴, a evasão escolar e as barreiras para retificação documental criam cenários propícios ao não-acesso a direitos básicos (Marinho, 2016).

O território também se torna um intensificador de processos de estigmatização. De acordo com dados do Observatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), o número de mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil cresceu 13,2% em 2024 (os dados do ano de dois mil e vinte quatro são importantes pois esse relato de experiência decorre da época em vigência), sendo a região nordeste a liderança dos crimes letais. Alguns autores vão nos dizer que esse fenômeno se dá em razão dos aspectos culturais ligados a uma masculinidade compulsória, que determina, sobretudo nas performances femininas (ou afeminadas) a marca da repulsa e do ódio (Freires, 2024; Dantas, 2020).

Para fins de demarcação territorial, vemos que Alagoas no ano de 2024 foi o 8º estado no ranking nacional que mais matou a população trans e travesti de acordo com o dossiê elaborado pela ANTRA (Benevides, 2025). Se tratando da experiência do interior, Santos (2020) nos conta que o semiárido alagoano carrega em sua constituição histórica marcas de

⁴ Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), cerca de 90% das mulheres trans e travestis encontram na prostituição estratégias de sobrevivência.

violência e da negação da diversidade humana, resultado de um projeto moderno que moldou suas bases sociais sob uma lógica conservadora. Embora essa mesma lógica também se manifeste nos grandes centros urbanos, nos espaços interioranos o acesso de corpos dissidentes a políticas públicas de cuidado e assistência são mais escassos (Silva; Lima; Santos, 2025).

4 Andanças e relatos de experiências: “ser travesti na capital já é difícil, imagina no interior”

As experiências vivenciadas pelos autores durante o estágio curricular obrigatório aproximam-se e dialogam com a contextualização apresentada no tópico anterior, uma vez que as memórias evocadas para trazer luz sobre esse escrito parte do nosso contato com diversas histórias de vida contadas pelas travestis que acompanhamos nos serviços.

O estágio em si, apresentou, de forma ampla, diversos desafios de execução desde o início, sofremos algumas tentativas de fechamento dos serviços por pressões da sociedade e até do poder público, por não considerar a sua importância, afinal, gastar dinheiro público com pessoas em situação de rua e LGBTQIAPN+ não parecia tão atrativo para uma cidade do interior. Vimos na prática como a moralidade projetada para assistência a corpos dissidentes passa por um filtro estritamente higienista, que compreende que algumas vidas sequer são passíveis de cuidado (Butler, 2014).

Durante os atendimentos psicossociais, diversas experiências e vivências foram compartilhadas, produzindo deslocamentos importantes sobre a importância dos serviços. Para fins de contextualização desta escrita, recorreremos a alguns trechos de nossas anotações em diários de campo elaborados ao longo do estágio. Destas se destacam as narrativas sobre a migração para as ruas advindas do rompimento familiar em razão de sua identidade de gênero e/ou sexualidade, negação de espaços de afetividade, uso abusivo de substâncias psicoativas e violências como um todo.

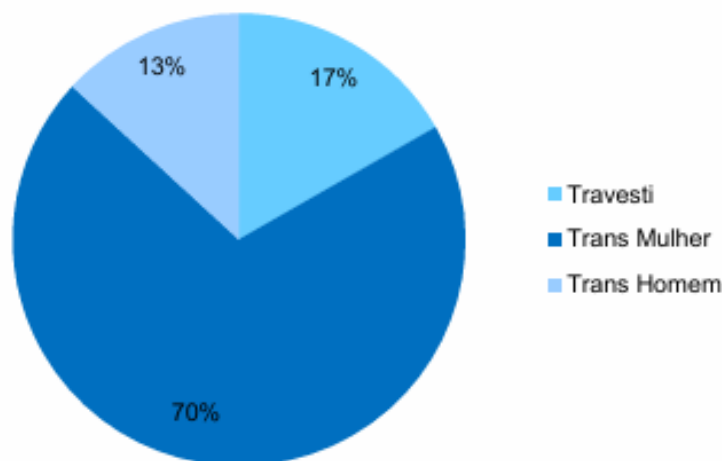
Nesse desbravar, algo nos chama atenção, havia, na maioria delas, uma percepção bastante consciente sobre a forma como o território produz certas ininteligibilidade e regula as possibilidades de existência. Muitas meninas relatavam permanecer no interior não por escolha, mas por ainda não conseguirem se deslocar para a capital e disputar outros espaços. Ainda assim, demonstravam compreender que, para que suas identidades pudessem minimamente existir nas dinâmicas interioranas do agreste alagoano, era necessário negociar suas vidas com as condições culturais impostas pela cidade.

Certo dia, já no fim do expediente no ambulatório LGBT, próximo ao anoitecer, quando não haviam atendimentos em curso e as portas da UBS se fechavam, uma jovem chega à unidade perguntando se ainda seria possível ser atendida. Embora o horário já tivesse se encerrado, lembramo-nos do compromisso ético-político com as vidas minorizadas e decidimos acolhê-la. Tratava-se de mais uma travesti que encontrava na prostituição sua forma de sobrevivência.

Durante o atendimento, relatou ter sido recentemente expulsa de casa após se assumir como uma pessoa trans, encontrando nas ruas e no trabalho informal a única possibilidade de existir. Contou também que não havia comparecido mais cedo justamente por entender que seu corpo era rechaçado durante o dia ao performar sua identidade nas ruas do interior: *“Eu sou um corpo da noite, doutor... não me sinto confortável andando por aí de dia com essas roupas que eu tenho, o povo já olha estranho”*. O gesto da noite, como espaço de (re)existência travesti, não é um fenômeno recente. Historicamente, esses corpos precisaram elaborar estratégias para enfrentar a hostilidade social que tenciona suas possibilidades de vida (Veras; Nascimento; Ribeiro, 2025). Em nossos encontros, elas nos contavam dessas estratégias quase como quem compartilha saberes de vida: andar sempre em grupo, se proteger como for possível (usavam a expressão popular “navalha embaixo da língua”), sair sempre após as 22h, eram alguns dos gestos relatados que, na verdade, dizem muito sobre o tamanho da violência enfrentada.

Algumas revelavam já esperar tais violências, organizando-se preventivamente. No entanto, o que emergia com mais força eram os receios com os requintes de crueldade que frequentemente marcam essas agressões. *“Meu maior medo é que façam alguma coisa feia com o meu rosto”*, disse uma delas. Essa fala remete ao que Batista, Nardin e Marques (2021) discutem ao apontar uma intencionalidade na instrumentalização da violência contra corpos travestis, a crueldade demarca uma espécie de mensagem social: a de que essas vidas seriam descartáveis e por isso merecem tal tratamento violento, fenômeno que os autores chamam de “vidas-dejetos”. Aquelas das quais a compaixão social não as alcança. No contexto local, os dados também reforçam essa realidade. De acordo com o Boletim Informativo de Violência contra a População LGBTQIAPN+ em Alagoas entre 2020–2024, produzido pelo Governo do Estado, mulheres trans e travestis concentram os maiores índices de notificações de violência em todo território alagoano.

Figura 1 - Proporção das notificações de violência contra população LGBTQIAPN+, segundo identidade de gênero, em Alagoas, 2020 a 2024.



Fonte: Boletim Informativo de Violência contra a População LGBTQIAPN+ em Alagoas entre 2020–2024, (SINAN/SESAU/SEVISA/GDANT, 2025)

Algo que nos chamava atenção era forma como a política do morrer, nas ruas, não aparecia como exceção, ela já habitava o cotidiano daquelas vidas, não apenas os corpos das usuárias, mas tudo o que as cercava, como uma sombra constante e silenciosa que ficava à espreita. Era por volta das 11h30 da manhã, durante um dos atendimentos coletivos com usuárias encaminhadas do Centro POP para o ambulatório LGBTQIAPN+, quando uma notícia chega de forma abrupta: o companheiro de uma das jovens (também em situação de rua) havia acabado de ser assassinado. Diante da notícia, o cenário era de tensão e risco. Ainda assim, a prioridade foi mantê-la em segurança. Entendíamos que, naquele momento, estar no ambulatório a resguardava de uma exposição ainda maior à violência que se desenrolava nas ruas. De forma imediata, a equipe do serviço, em articulação com o Centro POP, organizou o acolhimento da jovem, sustentando, dentro do possível, um espaço de cuidado em meio à emergência. Episódios como esses não eram tão incomuns, na verdade eles aconteciam de forma corriqueira. Essa ruptura violenta do cotidiano, daquelas que não são exatamente inesperadas, nunca deixaram de nos impactar.

Nas falas das usuárias, embora reconhecessem as penitências de ser um corpo travesti no agreste alagoano, aparecia com certa frequência o desejo de migrar para a capital (Maceió) com a esperança de performar suas identidades sem tantas retaliações: *“eu sei que ser travesti na capital já é difícil, imagina no interior”*, segundo elas, *“na cidade grande andar de dia seria menos pior”*. Essas narrativas evidenciam como o território atua como um agente significativo na produção das vidas (im)possíveis. Veras, Nascimento e Ribeiro (2025) revelam que a insegurança vivida por corpos LGBTQIAPN+ e as múltiplas violências que ainda os atravessam, especialmente no interior de Alagoas, não podem ser compreendidas fora de um

lastro histórico. Tratam-se de marcas herdadas da ditadura civil-militar, que consolidou e legitimou práticas de extermínio dirigidas a sujeitos considerados desviantes.

Em Alagoas, nos anos 1980, esse cenário se materializou de forma explícita com a atuação de grupos como o chamado “Cravo Vermelho”, que promoviam verdadeiras caçadas a corpos dissidentes, executando, em espaços públicos, aqueles tidos como indesejáveis: pobres, negros, homossexuais e travestis. Assim, mais do que episódios isolados, essas violências se inscrevem em uma continuidade histórica que ainda hoje reverbera nas formas de medo, controle e restrição que atravessam esses corpos. Essa lógica não ficou restrita aos grandes centros urbanos. No interior do estado, ela se entranhou nas dinâmicas locais, muitas vezes alinhada a práticas de poder marcadas por oligarquias e pelo coronelismo, sustentando a ideia de “limpar” a cidade daquilo que fugia à norma. Corpos travestis, nesse cenário, tornavam-se alvos constantes, vidas que podiam ser interrompidas de forma cruel e silenciosa.

Outro aspecto que se destacava em nossas observações dizia respeito ao uso do nome social, especialmente no serviço do Centro POP. Em muitos casos, as mulheres trans ainda se apresentavam ou eram chamadas para atendimento pelo nome de registro, e os prontuários mantinham exclusivamente a identificação masculina, sem qualquer menção à identidade de gênero ou ao nome social. Tal cenário evidenciava o despreparo do serviço frente a um aspecto básico do cuidado e do atendimento ao usuário, já assegurado por legislação específica sobre o uso do nome social⁵ (Silva, et al., 2017). Berenice Bento (2014) nos diz que a negação ou o não reconhecimento do nome social evidencia a produção de uma “cidadania precária” para os corpos trans no Brasil, trata-se de uma condição em que direitos formalmente garantidos não se efetivam na prática por conta da moralidade institucional (influenciada pelos dogmas judaico-cristãos), sendo constantemente mediada por constrangimentos, violências simbólicas e pela necessidade de negociação contínua da cisheteronorma para que esses indivíduos acessem serviços básicos.

Vimos isso na prática quando muitas usuárias evitavam reivindicar o direito ao nome social, atravessadas pelo receio de que tal demanda pudesse comprometer seu acesso ao serviço ou gerar algum tipo de confronto. Assim, o que deveria ser um princípio garantido se convertia, na prática, em mais uma forma de controle: *“evito ir porque sei que vão me chamar pelo nome da identidade”; “não me importo muito não [...] já estou acostumada [...] às vezes nem precisa pegar no documento, já me olham e chamam de senhor, moço e tudo [...]”*

⁵ No que diz respeito ao nome social, é descrito na Portaria nº 1.820/2009, que o usuário deve ser identificado: [...] pelo nome e sobrenome civil, devendo existir em todo documento do usuário e usuária um campo para se registrar o nome social, independente do registro civil sendo assegurado o uso do nome de preferência, não podendo ser identificado por número, nome ou código da doença ou outras formas desrespeitosas ou preconceituosas. (BRASIL, 2009).

Quando questionamos a equipe sobre esses pontos, foi perceptível que esta era uma discussão que nunca havia sido tratada anteriormente. Propomos então, a inclusão dos nomes sociais para pessoas trans nas planilhas de atendimento, rasurando o nome morto e deixando somente o nome social em destaque nos registros das usuárias.

Para além disso, a maioria das travestis ao chegar no Centro POP apresentavam resistência quanto aos encaminhamentos para os serviços de saúde. A recusa vinha explicada pelo estigma de ser uma pessoa em situação de rua atrelado ao fato de também ser um corpo travesti. Não era difícil ouvir relatos como: *“fico com medo de ir, me olham já de cara feia, de cima a baixo, prefiro ficar doente mesmo, qualquer coisa a gente se ajuda, eu venho aqui [...] às vezes eles não deixam a gente nem entrar [...] acham que a gente vai pedir dinheiro [...]”*.

Compreendemos que com a parceria entre os serviços foram se constituindo estratégias fundamentais para enfrentar, ainda que de forma gradual, a hostilidade institucional que aqueles corpos diariamente vivenciavam. Algumas faziam mais de 10, 15 e até 20 anos que não frequentavam uma unidade de saúde. No início, havia receios por parte das usuárias em relação aos encaminhamentos para o ambulatório, mas à medida que algumas delas acessavam o serviço e compartilhavam sua experiência, outras passaram a demonstrar interesse, solicitando o encaminhamento ainda no Centro POP. Assim, aquilo que começou como um movimento tímido foi se fortalecendo na prática cotidiana. Vínculos se construíram, redes se ampliavam e o cuidado passou a circular de maneira mais efetiva.

Ainda que atravessados por limites e pela dureza do contexto, esses encontros apontam para a possibilidade de construir, em meio à precariedade, barricadas (Mombaça, 2021), possibilidade de enunciação, proteção e continuidade de vida para aquelas travestis. Um dos movimentos que conseguimos construir a partir da parceria entre o Centro POP e o ambulatório LGBTQIAPN+ foi a inserção do nome social no cartão do SUS. Apesar de parecer um gesto simples, quase administrativo, mas, na prática, abria a possibilidade de reconhecimento imediato dessas usuárias. Havia algo de muito potente nisso, que sempre nos tocava de muitas maneiras, era como se, naquele pequeno pedaço de papel, coubesse um pouco mais de legitimidade para existir.

Eram comuns os relatos de ser a primeira vez que a identidade de gênero havia sido considerada por uma equipe de saúde: *“nunca tinha sido atendida assim [...] uma doutora educada, que explica tudo, conversa [...] me ajudou muito [...] vou falar pras meninas virem aqui também que elas tão precisando”*. Essas e outras falas nos fazem perceber que nossos movimentos, enquanto estagiários também LGBTQIAPN+, produziram, ainda que em um recorte de tempo específico (o ano de 2024), repercussões significativas naquelas vidas

historicamente relegadas à margem. Os serviços humanizados repercutem em várias outras esferas da vida do sujeito assistido. Através da escuta e do vínculo afetivo visualizamos a continuidade das usuárias no serviço, bem como a entrada de novas assistidas através da rede comunitária.

5 Conclusão

Vimos que nesses centros de assistência os aspectos territoriais devem ser considerados com maior ênfase, uma vez que as narrativas demarcavam como o interior alagoano ainda é caracterizado por uma LGBTQIAPN+fobia que incide diretamente na forma como aquelas travestis acessam (ou não acessam) espaços de cuidado. A organização social heteronormativa condiciona esses corpos ao não-lugar, tornando difícil o acesso, e quando acessam não encontram acolhimento, apenas mais violações.

Acreditamos ser imprescindível o incentivo e promoção de treinamentos, capacitações e formações continuadas acerca de identidade de gênero, orientação sexual, saúde e políticas assistenciais específicas da população LGBTQIAPN+ para os profissionais da rede pública de assistência e saúde (Campos; Cardoso; Moretti-Pires, 2019). Percebemos que as interseccionalidades que atravessam e marcam as peles das travestis não se restringem à identidade de gênero, mas se ampliam na cor de suas peles, na vivência da situação de rua e em um conjunto de condições que em diálogo, as comprimem e intensificam suas vulnerabilidades.

Havia algo que nos mobilizava para além das atribuições formais do estágio, muitas vezes, o incômodo chegava antes mesmo da obrigação. Éramos atravessados por aquelas histórias e por aqueles corpos, também porque, em alguma medida, reconhecíamos ali fragmentos de nós. Talvez por isso, nossa atuação nunca tenha sido neutra. Havia implicação, havia urgência. E acreditamos que, em meio a esses encontros, algo foi sendo plantado, uma inquietação que se recusa a naturalizar a violência e a precariedade.

REFERÊNCIAS

BATISTA, L.; NARDIN, L. E.; MARQUES, I. R. K. M. Breves histórias de cruviana: precariedade, morte e obrigações éticas nas imagens de vidas-dejetos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 495–512, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/p.1678-9563.2021v27n2p495-512> Acesso em: 02 mar. 2026.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br>>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília**: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua – SUAS e População em Situação de Rua. Brasília: Editora Brasil LTDA, v.3, 2011.

BRASIL. **Decreto Presidencial nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/decreto/decreto_7053.pdf. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. **Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde**, Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População de Rua**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

FAVERO, S. **Psicologia suja**. 1a ed. Salvador: Devires, 2022.

FREIRES, L. A. (Org.) **Virtualidades e relações afetivos-sexuais**: estudos multigrupais nos aplicativos de geolocalização. Maceió: Edufal, 2024.

PINHEIRO, Z. A. C.; POSSAS, L. M. V. . Centro pop: quando uma política pública incomoda. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, Marília, SP, v. 4, n. 1, p. 35–54, 2018. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/8128..> Acesso em: 18 nov. 2024.

SILVA, M. R. da. **Centro POP como unidade de referência de proteção social especial às pessoas em situação de rua: uma análise do Centro POP do município de Palmeira dos Índios/AL**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Palmeira dos Índios, 2024.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2011.

SOUZA, E. S. DE ; TANAKA, L. H. Cuidado em saúde: pesquisa-ação com pessoas trans em situação de rua. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/yhwykMJV5LpzjVvwLzwJQcc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2025.

BENEVIDES, B. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025.

BENEVIDES, B. NOGUEIRA, S. N. F. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021

CAMPOS, D. A.; CARDOSO, H. M.; MORETTI-PIRES, R. O. Vivências de pessoas LGBT em situação de rua e as relações com a atenção e o cuidado em saúde em Florianópolis, SC. **Revista Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. especial 8, p. 79-90, dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/pYxXfpnpVkhLBSRM6hMVSLR/?format=html&lang=pt>. Acesso em: jun. 2025.

CAMPOS, D. A.; MORETTI-PIRES, R. O. Trajetórias sociais de gays e lésbicas moradores de rua de Florianópolis (SC), 2016. **Revista Est. Fem**, Florianópolis, v. 26, n. 2, e45995, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n245995>. Acesso em: jan. 2021.

DANTAS, M. H. **Sobreviventes! Violência contra LGBT no Nordeste brasileiro**. 2020. 178 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

GARCIA, M. R. V. Diversidade sexual, situação de rua, vivências nômades e contextos de vulnerabilidade ao HIV/AIDS. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 1005-1019, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.3-EE17PT>. Acesso em: jan. 2021.

RODRIGUES, J. S.; LIMA, A. F.; HOLANDA, R. B. Identidade, drogas e saúde mental: narrativas de pessoas em situação de rua. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 424-436, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-37030004912017>. Acesso em: fev. 2021.

SILVA, L. K. M. da; et al. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online]. 2017, v. 27, n. 03, pp. 835-846. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000300023>. Acesso em: jun. 2025.

MARINHO, N. L. A. D. A Exclusão das Pessoas Trans do Mercado de Trabalho e a Não Efetividade do Direito Fundamental ao Trabalho. **Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 01-18, 2016. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadtmat/article/view/520>. Acesso em: 9 abr. 2026.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018

MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NATALINO, M. A. C. . Estimativa Da População Em Situação De Rua No Brasil. In: ANAIS DO XXI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2018, Poços de Caldas. **Anais eletrônicos**[...]. Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/abep-2018/trabalhos/estimativa-da-populacao-em-situacao-de-rua-no-brasil?lang=pt-br> Acesso em: 01 fev. 2026.

PORTO, J. R. S. Uma analítica do poder para as políticas públicas: Foucault e a contribuição da Anthropology of Public Policy. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 22, n. 2, p. 360-385, 2014. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/490>. Acesso em: jun. 2025.

SANTOS, A. C. H. **Modos de vida e formas de resistência de jovens homens homossexuais rurais no contexto escolar do semiárido alagoano**. 2020. 241 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2020.

SILVA, E. W. M.; LIMA, L. F. O.; SANTOS, M. A. C. Saúde LGBTQIAPN+: Mapeamento Da Atenção Básica De Palmeira Dos Índios. **Revista Eletrônica Extensão em Debate**, Palmeira dos Índios - AL, v. 14, n. 22, 2025.. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/rexd.v22.17577>. Acesso em: 28 fev. 2026.

VERAS, E.; NASCIMENTO, M.; RIBEIRO, C.; (org.). **Orgulho LGBTQIAPN+ : acervos, memórias e escritas. Alagoas (1990-2022)**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2025.